CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

MP: Empresa de produtora de Dark Horse ocultou de contrato nome de ‘integrante relevante do PCC’

Fonte original: ICL Notícias. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	ICL Notícias (iclnoticias.com.br)
Autor	Juliana Dal Piva
Data de publicação	13/09/2026 12:50
URL original	https://iclnoticias.com.br/dark-horse-flavio-bolsonaro-pcc-produtora/
Relevância	Alta · Investigação e Justiça · Reportagem
Pessoas citadas	Karina Gama, Flávio Dino, Mário Frias
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Polícia Federal, Complexsys, Ministério Público de São Paulo, Fastfuture Tecnologias Emergentes, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Academia Nacional de Cultura (ANC)
Data da coleta	29/09/2026 13:12
Situação	No ar · última verificação 29/09/2026 13:12
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Entre elas, a Urban Connect, novo nome da antiga Favela Conectada, a Ultra IP e a Complexsys.
• A Make One Tecnologia Digital recebeu R$ 16,97 milhões; a Complexsys, R$ 7,8 milhões; a Fastfuture, R$ 5,55 milhões; e a Ultra IP, R$ 4,4 milhões.
• Segundo os investigadores, os valores eram “predominantemente oriundos da Prefeitura de São Paulo” e depois distribuídos a um grupo relativamente restrito de empresas, entre elas Urban Connect, Complexsys, Fastfuture e Ultra IP.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / ICL Notícias

RESUMO

Por Juliana Dal Piva e Cleber Lourenço A dona da produtora Go UP, Karina Gama, que também é a presidente do Instituto Conhecer Brasil assinou em 2024 um contrato de R$ 12 milhões com Alex Leandro Bispo dos Santos, dono da Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda, até fevereiro deste ano. A PF descreve a empresa como subcontratada pelo ICB no contrato com a Prefeitura de São Paulo e registra que ela recebeu recursos da organização.

Por Juliana Dal Piva e Cleber Lourenço

A dona da produtora Go UP, Karina Gama, que também é a presidente do Instituto Conhecer Brasil assinou em 2024 um contrato de R$ 12 milhões com Alex Leandro Bispo dos Santos, dono da Favela Conectada Serviço e Tecnologia Ltda, até fevereiro deste ano. Santos foi apontado pelo ministro Flávio Dino, na Operação Make Up, como “integrante relevante do PCC” e responde por feminicídio.

Nas investigações, o Ministério Público de São Paulo apontava que o contrato original entre Santos e Gama foi apresentado “com ausência de dados essenciais de qualificação do representante da empresa, identificado apenas como “Alex”, posteriormente apontado como Alex Leandro Bispo dos Santos”. Ele precisou ser refeito posteriormente para a contratação. O MP-SP ainda diz que, após a prisão de Santos, por feminicídio, a “empresa teria sido formalmente transferida a Tatiane Camargo de Oliveira Fernandes, residente no mesmo endereço do antigo sócio, sem alteração substancial na execução das atividades empresariais, havendo suspeita de blindagem patrimonial e ocultação de pessoas”. O contrato de Santos, porém, não tem relação direta com o filme Dark Horse.

O documento, identificado como CPS 0015/2024, é uma das peças centrais nas investigações que levaram à Operação Make Up, deflagrada pela Polícia Federal na semana passada. No contrato, ao qual o ICL Notícias teve acesso, está descrito, em detalhes, que Karina Gama contratou a empresa de Santos para participar de um edital da prefeitura de São Paulo.

A Polícia Civil de SP já apurava os crimes de “frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório, fraude na execução de contrato administrativo e emprego irregular de verbas públicas”. Ao

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

informar que Santos é “integrante relevante do PCC”, Dino apontou que a informação veio de órgãos de inteligência policial e pelo Ministério Público de São Paulo. Segundo a revista Fórum, ele seria o “Escorpião do PCC”.

A Polícia Federal apura, na Operação Make Up, suspeitas de desvio de recursos públicos, fraudes contratuais, falsificação de documentos, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A operação atingiu também o deputado federal Mario Frias (PL-SP) e a própria Karina Gama. Entre os 49 alvos da operação desta semana estão empresas que prestaram serviços ao ICB. Entre elas, a Urban Connect, novo nome da antiga Favela Conectada, a Ultra IP e a Complexsys.

Na representação enviada ao Supremo, a Polícia Federal inclui formalmente a Favela Conectada, atual Urban Connect, entre as pessoas jurídicas de interesse da investigação. A PF descreve a empresa como subcontratada pelo ICB no contrato com a Prefeitura de São Paulo e registra que ela recebeu recursos da organização. Em outro trecho, Alex Leandro Bispo dos Santos aparece entre as pessoas consideradas relevantes para a compreensão da estrutura investigada.

Karina Gama tem afirmado para pessoas próximas que contratou a empresa de Santos porque ele já era prestador de serviços do mesmo setor e apresentou a ela todas as certidões tributárias e fiscais e que a empresa estava regularizada. Ao saber do episódio de feminicidio, a empresa estava em período de renovação contratual e o mesmo não foi renovado. A dona da Go UP explicou que a escolha da Favela Conectada se deu porque como o serviço é comunitário, e as relações são dentro das comunidades, é sempre melhor contratar serviços com absoluta dominância local.

O que diz o contrato

O instrumento particular de prestação de serviços tem como objeto a implantação, operação e manutenção de rede de internet pública em 2 mil pontos de Wi-Fi nas zonas sul e oeste de São Paulo, no âmbito do Edital nº 01/SMIT/2024 — o programa Wi-Fi Livre SP, da Prefeitura de São Paulo. O valor global previsto para os 12 meses de vigência é de R$ 12 milhões, a serem pagos mensalmente mediante o envio de ordens de serviço.

Segundo a Revista Fórum, Alex foi o único sócio da Favela Conectada desde a fundação da empresa, em agosto de 2020, até transferir a totalidade das cotas à companheira, em janeiro deste ano. Ele é considerado foragido da Justiça desde o mês passado. Ele é réu pelo feminicídio Maria Katiane Gomes da Silva, que caiu do 10º andar do prédio onde os dois viviam, na Zona Sul de São Paulo. A polícia obteve imagens de câmeras de segurança que registraram agressões contra Maria Katiane antes da queda. Em 10 de agosto, a 5ª Vara do Tribunal do Júri da Barra Funda determinou o fim da prisão preventiva e impôs medidas cautelares, mas ele não foi mais visto.

A empresa foi criada como ALBS Consultoria Empresarial, mudou o nome para Favela Conectada em setembro de 2024 e, em agosto de 2025, tornou-se Urban Connect Serviços e Tecnologia. Em 27 de fevereiro de 2025, a empresa Favela Conectada pediu à instituição financeira aumento do limite para transferências via TED, solicitando um limite diário de R$ 600 mil e de R$ 300 mil por operação. Como justificativa, informou que passaria a receber recursos de um contrato com o ICB relacionado ao Wi-Fi Livre SP. O negócio era de R$ 12 milhões.

A instituição encontrou inconsistências nos documentos apresentados. A primeira versão do contrato tinha assinatura simples, não apresentava data e não permitia verificar sua autenticidade.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Após questionamentos, a empresa entregou outra versão, com firmas reconhecidas e assinaturas das partes. Ainda assim, segundo a investigação, não estava claro como havia sido calculado o valor contratado.

No dia seguinte ao pedido de aumento do limite, em 28 de fevereiro de 2025, a empresa recebeu R$ 611.111 do ICB. Em 16 de abril, entraram outros R$ 666.666,67. Nove dias depois, em 25 de abril, a Urban Connect transferiu R$ 250 mil para a Ultra IP Tecnologia e Serviços, outra empresa que aparece entre as principais destinatárias de recursos identificadas pela PF.

Recursos vieram principalmente da Prefeitura de São Paulo

O ICB mantinha contrato com a Prefeitura de São Paulo para implantação e manutenção de pontos gratuitos de internet em regiões periféricas. O projeto tinha valor inicialmente estimado em R$ 108 milhões e foi posteriormente ampliado por aditivos.

A análise financeira citada na decisão aponta que os recursos recebidos pelo instituto eram predominantemente oriundos da Prefeitura e depois distribuídos a um grupo de empresas. Em uma das comunicações financeiras analisadas pela PF, referente ao período entre maio de 2025 e maio de 2026, a Prefeitura de São Paulo aparece como a principal remetente de recursos ao ICB, com R$ 47,34 milhões enviados em 14 lançamentos.

Em um dos conjuntos de movimentações, o ICB aparece recebendo R$ 24,59 milhões. A Make One Tecnologia Digital recebeu R$ 16,97 milhões; a Complexsys, R$ 7,8 milhões; a Fastfuture, R$ 5,55 milhões; e a Ultra IP, R$ 4,4 milhões. A Favela Conectada, atual Urban Connect, aparece entre as destinatárias desses recursos. Segundo o relatório, a empresa recebeu R$ 7.874.943,40. A própria PF relaciona esses pagamentos à condição da empresa como uma das contratadas pelo ICB no âmbito dos contratos firmados com o Município de São Paulo.

A investigação sobre esses contratos municipais foi conectada à apuração de emendas parlamentares destinadas ao ICB e à Academia Nacional de Cultura (ANC), ambas presididas por Karina Gama. Ao analisar o conjunto das movimentações, a PF afirma que o ICB aparece como o “principal captador de recursos da rede investigada”. Segundo os investigadores, os valores eram “predominantemente oriundos da Prefeitura de São Paulo” e depois distribuídos a um grupo relativamente restrito de empresas, entre elas Urban Connect, Complexsys, Fastfuture e Ultra IP.

A investigação também passou a analisar a circulação de recursos envolvendo a Go Up Entertainment, produtora de Dark Horse e empresa de Karina Gama. Na representação, a PF afirma que a produtora foi identificada como destinatária de recursos provenientes de pessoas e empresas relacionadas ao núcleo investigado, o que, segundo os investigadores, revela uma “possível integração patrimonial e operacional” com as entidades beneficiárias das emendas parlamentares.

Nota da defesa de Karina Gama

“A defesa da Sra. Karina Gama recebe com absoluto respeito e considera positiva a decisão do Ministro Flávio Dino de levantar o sigilo sobre os elementos da investigação conduzida pela Polícia Civil do Estado de São Paulo envolvendo o Instituto Conhecer Brasil e contrato celebrado com a Prefeitura de São Paulo.

A transparência interessa à Justiça, à sociedade e, sobretudo, à própria defesa.

Quem já apresentou voluntariamente mais de 20 mil páginas de documentação não teme transparência.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

Desde o primeiro momento, a Sra. Karina Gama tem sustentado, de maneira firme e inequívoca, que não praticou qualquer ilícito.

A publicidade dos elementos da investigação permitirá que os fatos sejam conhecidos em sua integralidade e examinados objetivamente, para além de especulações ou juízos antecipados.

A defesa confia que a plena exposição dos fatos demonstrará que a Sra. Karina Gama não pode ser transformada em culpada pela intensa efervescência da vida nacional, em um momento de extraordinária agitação e movimentação política.

Investigar é legítimo. Esclarecer é do interesse de todos. Mas investigação não é acusação, muito menos, condenação e a repercussão política jamais poderá substituir o devido processo legal.

Por essa razão, a defesa nada tem a opor quanto à transparência e ao levantamento do sigilo.

Ao contrário, deseja que o Brasil tenha acesso à realidade integral dos acontecimentos e que cada documento, contrato, pagamento e circunstância seja examinado tecnicamente, dentro da legalidade e sem contaminação por disputas políticas ou narrativas previamente construídas.

A Sra. Karina Gama continuará colaborando com as autoridades competentes e exercendo, com serenidade, seu direito constitucional de defesa, convicta de que a verdade dos fatos prevalecerá.

A Constituição protege a investigação, mas também protege o investigado. E é justamente nos casos de maior repercussão pública que essa garantia precisa ser mais rigorosamente observada.

Ricardo Sayeg

OABSP 108.332”

Dark Horse

Fonte original: https://iclnoticias.com.br/dark-horse-flavio-bolsonaro-pcc-produtora/ · Coletado em 29/09/2026 13:12 · Gerado em 28/11/2026 00:07

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.